

9. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA O PROJETO DE REABILITAÇÃO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO E PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTE A UNIVERSIDADE DO MINHO, MUNICÍPIO DE BRAGA, DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE E PARÓQUIA DE REAL (S. JERÓNIMO):

Do Sr. Vereador do Património, Ligação à Universidade do Minho submetendo os protocolos mencionados em epígrafe, que vão em anexo.



BRAGA
Município

Miguel Bandeira

Vereador

Mobilidade, Trânsito, Património, Ligação
à Universidade, Planeamento,
Ordenamento e Urbanismo

A. M. de Sousa

190911

CONVENTO DE S. FRANCISCO

O projeto intitulado **“Complexo Monumental da Capela de Frutuoso - Conservação, Valorização e Promoção do Convento de São Francisco de Real, Braga”**, estabelece a reposição da coesão espacial do conjunto monumental composto pela Igreja de São Francisco, Mausoléu de São Frutuoso e Convento de São Francisco, tendo em vista a sua visitação integrada.

O projeto prevê a reabilitação do edifício do Convento de S. Francisco, imóvel em ruínas integrante no conjunto patrimonial constituído pela Igreja de S. Domingos (séc. XVIII) e Capela de S. Frutuoso (séc. VII) e envolvido por tapada (norte/ nascente). A intervenção proposta propõe a criação de espaços de biblioteca, conferências e de investigação na área da arqueologia, arquitetura e história, bem como de forma a permitir a fruição pública do convento franciscano original e da capela visigótica adjacente.

Este é um projeto estratégico para a valorização do património arquitetónico monumental, do concelho, da região e do país, obedecendo simultaneamente ao cumprimento dos objetivos estabelecidos por este município no âmbito da relação com a Universidade do Minho. Será uma poderosa ferramenta para a dinamização e incremento turístico do concelho.

Remete-se à consideração do executivo, com o parecer favorável das partes envolvidas, a aprovação do:

- **protocolo de cooperação para o Projeto de Reabilitação do Convento S. Francisco** a celebrar entre o Município e a Universidade do Minho através do qual se dá sem efeito o Contrato de Comodato anteriormente celebrado;
- a assinatura do **protocolo de colaboração entre a UMinho; CM; Direção Regional de Cultura do Norte; Paróquia de Real (São Jerónimo)** onde são definidos os termos de colaboração para promover a visitação integrada do conjunto monumental. A cooperação visa a operacionalização de um circuito de visita integrado que assegure a abertura do conjunto monumental ao público e permita a fruição pelos visitantes e a inscrição nas rotas e nas redes de turismo cultural e religioso.

Submete-se à consideração superior o envio à reunião do executivo,



Universidade do Minho



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE DO MINHO E MUNICÍPIO DE BRAGA

Termo Adicional de Cooperação para o Projeto de Reabilitação do Convento de São Francisco, Real, Braga

Preâmbulo

O Município de Braga é proprietário e legítimo possuidor do prédio urbano designado por Convento de São Francisco de Real, situado no Largo de S. Francisco, na União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 00827 e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 538.

No contexto da definição de um programa de reabilitação para o referido convento, que começou por assegurar a contenção da ruína, interrompendo o processo de degradação a que o mesmo estava sujeito, a Universidade do Minho promoveu também a realização de estudos arqueológicos, através da sua Unidade de Arqueologia e a elaboração de um projeto de arquitetura, através do Centro de Estudos da sua Escola de Arquitetura, propondo um adequado uso cultural do mesmo, na dupla vertente de visitação pública e de produção e difusão de conhecimento.

O referido projeto, intitulado “Conservação, Valorização e Promoção do Convento de São Francisco de Real, Braga”, estabelece a reposição da coesão espacial do conjunto monumental composto pela Igreja de São Francisco, Mausoléu de São Frutuoso e Convento de São Francisco, tendo em vista a sua visitação integrada, o qual recolheu parecer Favorável da DRCN (Ofício n.º S-2019/501404 (C.S:1375321), de 22/08/2019; Proc.º n.º DRCN-DSBC/2015/03-03/1102/PPA/9241 (C.S:193299).

Tendo em conta o interesse manifestado pela Câmara Municipal de Braga em reabilitar o Convento de São Francisco, em Real, Braga, de acordo com o projeto elaborado pela Universidade do Minho e o interesse desta instituição em implementar um projeto de visitação integrada e de desenvolvimento da investigação no domínio da Arqueologia:

O Município de Braga, doravante designado por MUNICÍPIO, com sede na Praça do Município, em Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, *legalmente representado* pelo seu Presidente, Dr. Ricardo Rio,

e

A Universidade do Minho, doravante designada por UMINHO, com sede no Largo do Paço, em Braga, pessoa coletiva n.º 502011378, *legalmente representada* pelo seu Reitor, Professor Doutor Rui Manuel Vieira de Castro,

celebram entre si, ao abrigo do Protocolo de Cooperação vigente entre as duas entidades, o presente TERMO ADICIONAL, referente aos termos da colaboração das duas partes no âmbito da candidatura a financiamento para a reabilitação do Convento de São Francisco, Real, Braga, com base no Projeto “Conservação, Valorização e Promoção do Convento de São Francisco de Real, Braga”, elaborado pela UMINHO, que visa a adequação do Convento à instalação de serviços da Unidade de Arqueologia destinada a assegurar a gestão integrada do espaço e a visita ao conjunto monumental, composto pela Igreja de São Francisco, Mausoléu de São Frutuoso e Convento de São Francisco, o qual se rege pelas cláusulas seguintes, por mútuo acordo entre as partes:

Cláusula 1ª

Objetivos

- 1 - Assegurar as condições de colaboração necessárias entre o MUNICÍPIO e a UMINHO, tendo em vista a recuperação do Convento de São Francisco, Real, Braga, propriedade do MUNICÍPIO, a realizar com base no projeto “Conservação, Valorização e Promoção do Convento de São Francisco de Real, Braga”, elaborado pela UMINHO e que será candidatado a financiamento por parte do MUNICÍPIO.
- 2 - Afirmar o compromisso de cedência da utilização e de gestão do Convento de S. Francisco de Real, por parte do MUNICÍPIO à UMINHO, pelo período de 50 anos, após a sua recuperação.
- 3 - Garantir que o Convento de S. Francisco de Real será objeto de uma intervenção de recuperação que garanta a instalação de serviços da UMINHO que assegurarão a gestão integrada do espaço e das visitas ao conjunto monumental, tendo por base o Projeto elaborado pela UMINHO e em conformidade com o protocolo quadripartido que será celebrado entre o MUNICÍPIO, a UMINHO, a Direção Regional de Cultura do Norte/DRCN e a Paróquia de Real (São Jerónimo)/PR.
- 4 - Fortalecer a capacidade de transformar o conjunto monumental composto pela Igreja de São Francisco, Mausoléu de São Frutuoso e Convento de São Francisco de Real num forte polo de atração turística e cultural de âmbito regional, nacional e internacional, por via da recuperação do Convento e da sua futura gestão integrada, que será garantida pela UMINHO.
- 5 - Reforçar a competitividade cultural e turística da cidade e da região de Braga, tirando partido do ativo patrimonial constituído pelo acima referido conjunto monumental.
- 6 - Aumentar o impacto positivo do MUNICÍPIO e da UMINHO na sociedade, consolidando o seu papel como agentes de desenvolvimento do território, por via da reabilitação do património, estratégia que se enquadra adequadamente no âmbito das políticas nacionais e internacionais de valorização dos ativos endógenos, designadamente no âmbito da relação do MUNICÍPIO com as Universidades.

Cláusula 2ª

Estrutura de gestão

A UMINHO e o MUNICÍPIO assegurarão a gestão conjunta do Convento de S. Francisco, nos termos estabelecidos no protocolo de colaboração quadripartido existente

entre o Município de Braga, a Universidade do Minho, a Direção Regional de Cultura do Norte e a Paróquia de Real.

Cláusula 3ª

Direitos e obrigações

1 - As instituições comprometem-se a prestar-se mutuamente assistência técnica e a procurar sempre conciliar equitativamente os seus interesses particulares num espírito de mútua colaboração em tudo o que diga respeito à prossecução do objeto do presente TERMO ADICIONAL ao Protocolo de Cooperação entre a Universidade do Minho e o Município de Braga.

2 - Afetar à execução do Projeto os meios materiais e humanos que permitam cumprir, nos prazos estabelecidos, os objetivos do presente acordo.

3 - Constituem deveres específicos do MUNICIPIO:

- a) A execução do Projeto de “Conservação, Valorização e Promoção do Convento de São Francisco de Real, Braga”, elaborado pela UMINHO, através de financiamento do Programa NORTE 2020 (Programa Operacional Regional do Norte) - AVISO Nº NORTE-14-2019-17 / DOMÍNIO SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS e do BEI/Banco Europeu de Investimento;
- b) Executar o projeto candidatado nos termos e prazos fixados nos contratos de financiamento que venham a ser estabelecidos, cumprindo com as obrigações que daí advém;
- c) Garantir os necessários meios humanos para a execução material do projeto;
- d) Garantir que o Projeto não será alterado nos fins para que foi elaborado;
- e) Garantir que quaisquer alterações que venham a ser necessárias, em sede de obras de execução, serão negociadas e acompanhadas pela UMINHO;
- f) Disponibilizar os elementos que forem julgados necessários e que lhe forem solicitados pelas entidades competentes para a análise, acompanhamento e avaliação do Projeto e para a execução e monitorização das obras que tenham em vista a sua execução;
- g) Publicitar os apoios recebidos nos termos da regulamentação aplicável.

4. Constituem deveres específicos da UMINHO:

- a) Disponibilizar o Projeto “Conservação, Valorização e Promoção do Convento de São Francisco de Real, Braga”, elaborado pela UMINHO, tendo em vista a recuperação do imóvel e a criação das condições para a visita integrada do conjunto monumental;
- b) Disponibilizar os elementos que forem julgados necessários e que lhe forem solicitados pelo MUNICIPIO e pelas entidades competentes para a análise, acompanhamento e avaliação do projeto;
- c) Disponibilizar o apoio técnico e científico que seja considerado necessário em fase de execução das obras de recuperação do imóvel; Disponibilizar todos os elementos que forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados e impactos, controlo e auditoria;
- d) Realizar quaisquer trabalhos arqueológicos necessários em fase de obra, que serão garantidos pela Unidade de Arqueologia da UMINHO;

- e) Publicitar a contribuição do MUNICIPIO na execução do projeto, bem como os apoios recebidos nos termos da regulamentação aplicável.

Cláusula 4ª
Duração e entrada em vigor

O presente TERMO ADICIONAL terá a duração necessária ao integral cumprimento dos seus objetivos de acordo com o estabelecido na cláusula 1ª, tendo o seu início após a sua assinatura.

Cláusula 5ª
Alterações ao Acordo

Quaisquer alterações ao presente TERMO ADICIONAL deverão ser reduzidas a escrito.

Cláusula 6ª
Disposições transitórias

O presente TERMO ADICIONAL revoga o Contrato de Comodato celebrado entre o MUNICIPIO e a UMINHO, aprovado em reunião de Câmara realizada em 28 de setembro de 2015.

Cláusula 7ª
Exemplares

O presente acordo é feito em dois exemplares, destinando-se um original a cada uma das partes envolvidas.

4

Braga, aos 00 de setembro de 2019

O Reitor da Universidade do Minho,

Professor Doutor Rui Vieira de Castro

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Entre

MUNICÍPIO DE BRAGA, órgão da Administração Local (autónoma), adiante designada por **MUNICÍPIO**, com sede na Praça do Município, Braga, pessoa coletiva nº 506 901 173, como Primeiro Outorgante, neste ato representada pelo seu Presidente, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio,

e

UNIVERSIDADE DO MINHO, instituição de ensino superior pública de natureza fundacional, adiante designada por **UMINHO**, com sede no Largo do Paço, Braga, pessoa coletiva nº 502 011 378, como Segundo Outorgante, neste ato representada pelo seu Reitor, Professor Doutor Rui Vieira de Castro,

e

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE, serviço periférico da administração direta do Estado, adiante designada por **DRCN**, com sede na Praceta da Carreira, Vila Real, pessoa coletiva nº 600 067 831, como Terceiro Outorgante, neste ato representada pelo seu Diretor, Doutor António Ponte,

e

PARÓQUIA DE REAL (SÃO JERÓNIMO), adiante designada por Paróquia, com sede no Lugar de São Francisco, Real, Braga, adiante designada por **PR**, pessoa coletiva nº 600067831, como Quarto Outorgante, neste ato representada pelo seu Pároco, Cónego Hermenegildo José das Neves Faria,

Considerando que:

- a) São atribuições do **MUNICÍPIO** a promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população, designadamente no domínio do património, cultura e ciência

e na promoção do desenvolvimento, nos termos do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

b) Compete ao MUNICÍPIO assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal, em conformidade com a alínea t), do n.º1 do artigo 33º da referida lei;

c) O MUNICÍPIO se tem pautado por uma colaboração privilegiada com a UMinho no prosseguimento dos seus objetivos, visando o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho de Braga;

d) O MUNICÍPIO é proprietário e legítimo possuidor do prédio urbano designado por Convento de São Francisco de Real, situado no Largo de S. Francisco, na União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 00827 e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 538, melhor identificado na planta de localização anexa ao presente contrato e que dele faz parte integrante;

e) Um dos objetivos da missão da UMINHO, estatutariamente consagrada, visa a interação com a sociedade, através de contribuições para a compreensão pública da cultura, para o desenvolvimento social e económico da região em que se insere e para o conhecimento, defesa e divulgação do seu património natural e cultural;

f) A reabilitação do Convento de São Francisco de Real tem vindo a ser concretizada, desde 2016, pela UMinho, designadamente com a realização de obras de contenção do edifício, que ameaçava ruir e com a elaboração do projeto de reabilitação, o qual recolheu parecer Favorável da DRCN (Ofício n.º S-2019/501404 (C.S:1375321), de 22/08/2019; Proc.º n.º DRCN-DSBC/2015/03-03/1102/PPA/9241 (C.S:193299);

g) O Mausoléu de São Frutuoso, também designado como Capela de São Frutuoso de Montélios, imóvel classificado como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 33587, de 27 de março de 1944 (afeto à DRCN, nos termos da Portaria n.º 829/2009, de 24

de agosto) é parte integrante da Igreja Paroquial de S. Francisco Real, sita no Lugar de S. Francisco, da Freguesia de Real, Dume e Semelhe, imóvel propriedade do Estado;

h) A DRCN tem a atribuição de gestão dos monumentos, conjuntos e sítios que lhe estão afetos, podendo articular-se com outras entidades públicas ou privadas que prossigam atribuições ou objetivos afins na respetiva área de intervenção, com a finalidade de incentivar formas de cooperação integrada a desenvolver e concretizar mediante protocolos ou contratos-programa;

i) A Igreja do Convento de São Francisco, propriedade do Estado, integra como bens móveis classificados o Cadeiral Seiscentista do coro alto e o Relicário da sacristia, encontra-se afeta à Paróquia de Real (São Jerónimo), nos termos da Concordata celebrada entre a República Portuguesa e a Santa Sé, constituindo a sua conservação, valorização e oferta à fruição pública uma preocupação e desiderato que a Paróquia ativamente procura satisfazer, por si ou em articulação com outras entidades públicas e privadas;

j) As intervenções de manutenção da Igreja do Convento de São Francisco de Real que, desde há décadas, têm vindo a ser executadas pela PR, bem como a disponibilidade desta para assegurar, ainda que em horário parcial, a abertura ao público do Mausoléu de São Frutuoso, de acordo com a contrapartida financeira acordada em protocolo com a DRCN;

k) O conjunto patrimonial formado pelo Convento de São Francisco de Real, Mausoléu de São Frutuoso e Igreja de São Francisco, constitui um importante ativo monumental de Braga, que possui um elevado e internacionalmente reconhecido valor histórico-cultural, científico, arqueológico e arquitetónico;

l) O conjunto monumental possui um enorme potencial turístico, pela sua inserção nas redes e itinerários locais, regionais, nacionais e internacionais do Património, que poderá vir a ser substantivamente ampliado com a sua gestão integrada;

m) A visitação interpretada do conjunto monumental irá beneficiar significativamente da possibilidade de se definir um circuito único que contemple o Convento de São Francisco, Mausoléu de São Frutuoso e Igreja de São Francisco, com entrada e saída pela porta original na galilé da Igreja;

n) Os impactos positivos que a investigação, conservação e valorização deste património único terá no reconhecimento de Braga como cidade de referência pelos padrões europeus e internacionais, contribuindo também para afirmar Braga como cidade de destino cultural e turístico, com consequente impacto em toda a Região Norte de Portugal;

o) A manifestação de vontade conjunta das instituições referidas de salvaguardar e valorizar o Património Nacional, na linha, aliás, do que consagram as orientações programáticas, estatutárias e doutrinárias das instituições signatárias, vai ao encontro das expectativas da sociedade.

Acordam as Partes na celebração do presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto

1 - O presente Protocolo tem por objeto a cooperação entre as partes signatárias, de modo a promover a visitação interpretada do conjunto monumental composto pelo Convento de São Francisco, Mausoléu de São Frutuoso e Igreja de São Francisco.

2 – A cooperação visa a operacionalização de um circuito de visita integrado, que assegure a abertura do conjunto monumental ao público e permita a sua fruição pelos visitantes, devendo inscrever-se na estratégia regional e nacional de desenvolvimento turístico, designadamente ao nível da sua integração nas redes de turismo cultural e religioso.

CLÁUSULA SEGUNDA

Gestão dos espaços

- 1 - A UMinho ficará responsável pela gestão da área identificada com trama de cor verde, área que se encontra assinalada na planta do anexo ao presente Protocolo e que dele faz parte integrante.
- 2 - A Paróquia ficará responsável pela gestão da área identificada com trama de cor azul, área que se encontra assinalada na planta do referido anexo.
- 3 - Os espaços identificados com trama de cor laranja na planta do mencionado anexo serão de responsabilidade comum da UMinho e da Paróquia.
- 4 - A gestão dos espaços correspondentes às áreas públicas de acesso ao conjunto monumental será da responsabilidade do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA

Funcionamento

- 1 - O funcionamento de cada uma das valências de uso admissíveis nos espaços do Convento de São Francisco, Mausoléu de São Frutuoso e Igreja de São Francisco, da responsabilidade da UMinho ou da Paróquia, não poderá prejudicar o normal funcionamento das restantes.
- 2 - O regime de funcionamento dos espaços constará de uma Adenda ao presente protocolo, a outorgar entre o Município, a UMinho, a DRCN e a Paróquia, uma vez ultimado o processo de restauro do imóvel, onde serão especificados os horários de funcionamento, a tipologia de usos e a fiscalização do seu cumprimento.

CLÁUSULA QUARTA

Das despesas

- 1 - Cada parte assegurará as despesas correntes diretamente relacionadas com o uso dos espaços sob sua responsabilidade, bem como dos bens que lhes estejam atribuídos.
- 2 - Consideram-se despesas correntes diretamente relacionadas com o uso de cada espaço, no caso de as infraestruturas estarem instaladas, as relativas a:
 - a) Telecomunicações;
 - b) Limpeza;
 - c) Segurança do imóvel;
 - d) Manutenção corrente do espaço;
 - e) Recursos humanos necessários para garantir o funcionamento e a visitação;

f) Manutenção corrente das infraestruturas internas de cada espaço (redes elétricas, água, saneamento, gás, climatização e outras).

3 - A manutenção corrente e respetiva responsabilidade pelas despesas dos espaços de utilização comum é repartida pelas partes do seguinte modo:

- a) UMinho – Mausoléu de São Frutuoso;
- b) PR – pátio interior a norte do mausoléu.
- c) MUNICÍPIO – áreas públicas de acesso ao conjunto monumental, designadamente parques e infraestruturas de saneamento.

CLÁUSULA QUINTA

Das receitas

- 1 – As receitas dos ingressos de visita ao Convento de S. Francisco, integrado no complexo monumental, serão arrecadadas pela UMinho;
- 2 - Todo o serviço de visitação ao Convento de S. Francisco, integrado na visitação do complexo, será assegurado pela UMinho, designadamente guardaria, guias, produção de conteúdos expositivos e de divulgação.

CLÁUSULA SEXTA

Da execução do protocolo

- 1 - As partes reunirão ordinariamente duas vezes por ano, tendo em vista a resolução de questões relacionadas com a execução do presente Protocolo, nomeadamente nas seguintes matérias:
 - a) Gestão dos espaços e infraestruturas partilhadas;
 - b) Afetação de despesas comuns a cada uma das entidades;
 - c) Comunicação de atividades regulares a realizar;
 - d) Avaliação de atividades extraordinárias propostas por cada parte.
- 2 - As regras de funcionamento das reuniões constarão de uma Adenda ao presente protocolo.

CLÁUSULA SÉTIMA

Acompanhamento

Para efeitos do disposto na cláusula sexta, é desde já constituída uma Comissão de Avaliação e Acompanhamento do presente Protocolo, composta por quatro elementos, indicados pelo Município, pela UMinho, pela DRCN e pela Paróquia.

CLÁUSULA OITAVA

Alterações

- 1 - As alterações ou aditamentos a este Protocolo serão reduzidas a escrito e assinadas por um representante devidamente autorizado de cada uma das partes.
- 2 - Nenhuma das partes poderá transmitir os direitos ou as obrigações emergentes deste Protocolo a terceiros, sem prévia autorização por escrito da outra parte.

CLÁUSULA NONA

Denúncia

- 1 - Qualquer das partes pode, a todo o tempo, denunciar o presente Protocolo, desde que notifique as outras da vontade de a efetuar, por carta registada com aviso de receção, com uma antecedência de 15 (quinze) dias relativamente à data da produção de efeitos da denúncia.
- 2 - O presente Protocolo pode ser revogado, em qualquer momento, por comum acordo entre as partes, celebrado por escrito.
- 3 - Em caso de não renovação ou de incumprimento do presente protocolo, não há lugar ao pagamento de qualquer indemnização por qualquer das partes nem a obrigação de pagamento pelas benfeitorias eventualmente realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA

Vigência e renovação

O presente Protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e é válido por cinco anos, sendo automática e sucessivamente renovado por idênticos períodos.

O presente Protocolo é elaborado em quatro exemplares, ficando cada parte com um exemplar de igual valor após ter sido lido, assinado e rubricado pelos outorgantes.

Braga, aos 00 dias do mês de Setembro de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

O Reitor da Universidade do Minho,

Professor Doutor Rui Vieira de Castro

O Diretor da Direção Regional de Cultura do Norte,

Doutor António Ponte

O Pároco de Real (São Jerónimo),

Cónego Hermenegildo José das Neves Faria

ANEXOS:

Planta